



**Ministério Público de Contas do Distrito Federal  
Gabinete da Procuradora Márcia Farias**

**PROCESSO: 11660/2014 (3 volumes e 8 anexos)**

**PARECER: 0490/2017 - MF**

**RELATOR: Conselheiro Márcio Michel**

**EMENTA: Secretaria de Estado de Cultura. Irregularidades na contratação de artistas e na prestação de contas de aplicação de recursos públicos. Audiência dos responsáveis. Nesta fase processual: análise das razões de justificativa. Corpo técnico pela aplicação de multa e conversão dos autos em TCE. Parecer convergente.**

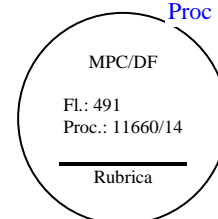
Trata o presente processo da Representação n.º 10/2013-MF acerca de possíveis irregularidades na contratação de artistas para apresentação em eventos envolvendo a Orquestra Sinfônica do Teatro Nacional Cláudio Santoro – OSTNCS.

2. Na Sessão Ordinária n.º 4895, de 06/09/2016, a c. Corte prolatou a Decisão n.º 4475/2016 (fls. 375/375-v), nos seguintes termos:

**Decisão n.º 4475/2016**

“O Tribunal, por maioria, acolhendo voto do Conselheiro MÁRCIO MICHEL, fundamentado em sua declaração de voto, elaborada nos termos do art. 71 do RI/TCDF, decidiu:

- I – tomar conhecimento: a) do Ofício n.º 150/2016 – GAB/SEC e anexos, da Secretaria de Estado de Cultura do Distrito Federal (fls. 279/299); b) do Ofício n.º 008/2016 do Instituto Educarte Educação e Arte (fl. 308);
- II – indeferir o pedido de prorrogação de prazo, objeto do documento referenciado na alínea “b” do item antecedente, informando ao requerente da impossibilidade, em razão do que disciplina o §2º do art. 1º da Resolução TCDF n.º 271/2014;
- III – determinar a audiência dos responsáveis indicados na Matriz de Responsabilização, fls. 311/312, para que apresentem defesa, no prazo de 30 (trinta) dias, em face das seguintes irregularidades detectadas nas contratações de artistas por intermédio do Instituto Educarte de Educação e Arte, para atuação conjunta com a Orquestra Sinfônica do Teatro Nacional Cláudio Santoro – OSTNCS:



**Ministério Público do Distrito Federal  
Gabinete da Procuradora Márcia Farias**

- (1) representação artística exclusiva fabricada (norma violada: inciso III do art. 25 da Lei n.º 8.666/1993);
- (2) justificativa de preços fraudada (norma violada: Nota Técnica n.º 01/2011 – UAG/AJL, c/c o inciso III do parágrafo único do art. 26 da Lei n.º 8.666/1993);
- (3) indícios de superfaturamento nos cachês pagos ao Coro Lírico de Brasília em apresentações com a Orquestra Sinfônica do Teatro Nacional Cláudio Santoro – OSTNCS, no montante de R\$ 241.750,00, a valores de 2012;

IV – recomendar à Secretaria de Estado de Cultura do Distrito Federal que proceda à segregação de funções nos processos de contratação destinados a atender às demandas da Orquestra Sinfônica do Teatro Nacional Cláudio Santoro – OSTNCS, de forma a evitar que a elaboração do projeto básico, a escolha da prestadora do serviço, a análise dos preços ofertados e o atesto da execução de serviços fiquem a cargo do mesmo servidor;

V – autorizar o retorno dos autos à SEACOMP, para as providências cabíveis.”

3. Os responsáveis Sr. Cláudio Alano Cohen Bezerra (Maestro Titular da OSTNCS) e Sr. Marconi Costa da Silva Scarinci (Assessor Especial da Unidade Artística da OSTNCS) apresentaram suas razões de justificativa, ao passo que o Sr. Luiz Alan Rufino Moreira (Presidente do Instituto Educarte de Educação e Arte) apresentou suas considerações, conforme o quadro a seguir:

RESPONSÁVEL	RAZÕES DE JUSTIFICATIVA E ESCLARECIMENTOS ÀS FLS.	ANEXO
Cláudio Alano Cohen Bezerra	387-419	VII
Marconi Costa da Silva Scarinci	452-466	-
Luiz Alan Rufino Moreira	420-445	VIII

4. A Unidade Técnica, por meio da Informação n.º 63/2017 – 3ª Divisão de Acompanhamento (fls. 467/485), ao apreciar o conteúdo das justificativas apresentadas, concluiu, em síntese:

- “60. Examinadas as justificativas dos senhores Marconi Scarinci e Cláudio Cohen, em face do item III, da Decisão n.º 4475/2016, elas foram insuficientes para elidir as irregularidades fixadas, motivo pelo qual deve o Tribunal aplicar multa aos responsáveis indicados, nos termos do art. 57, inciso II, da Lei Complementar n.º 01/94, relativamente à “representação artística exclusiva fabricada” e “justificativa de preços fraudada”.
61. No tocante ao superfaturamento nos cachês pagos ao Coro Lírico de Brasília em apresentações com a OSTNCS, no montante de R\$ 241.750,00, e à



**Ministério Público de Contas do Distrito Federal**  
**Gabinete da Procuradora Márcia Farias**

prática de ato antieconômico no montante de R\$ 10.000,00, ambos a valores de 2012<sup>1</sup>, entende-se que, uma vez que o prejuízo está quantificado e os responsáveis são conhecidos, deve o Tribunal converter os autos em tomada de contas especial e promover a citação dos senhores Marconi Costa da Silva Scarinci (CPF nº 289.827.031-87), então Diretor Executivo da OSTNCS, e Cláudio Alano Cohen Bezerra (CPF nº 280.998.691-68), Maestro Titular da OSTNCS, e do Instituto Educarte de Educação e Arte, na pessoa de seu representante legal (Luiz Alan Rufino Moreira, CPF nº 689.484.861-68) para apresentação de defesa ou recolhimento do débito, com base no art. 46 da Lei Complementar nº 01/94.

62. Quanto às irregularidades na prestação de contas do patrocínio da Cartão BRB ao “III Festival de Ópera de Brasília”, sugere-se que o Tribunal determine à jurisdicionada que instaure de tomada de contas especial para quantificar o prejuízo e identificar os responsáveis pela prestação de contas irregular dos recursos repassados ao Educarte.”

5. Por fim, a Instrução sugeriu ao e. Plenário o seguinte:

“I - tomar conhecimento:

- a) dos documentos às fls. 387/419 e Anexo VII e fls. 452/466;
- b) do documento às fls. 420/445 e Anexo VIII;

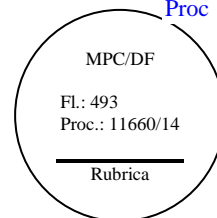
II - considere, no mérito:

- a) improcedentes as razões de justificativa apresentadas por Cláudio Alano Cohen Bezerra e Marconi Costa da Silva Scarinci, em cumprimento ao disposto no item III, da Decisão nº 4475/2016;
- b) insubsistentes os esclarecimentos encaminhados pelo Instituto Educarte de Educação e Arte, em face do Despacho Singular nº 51/2016 – GCMA;

III - determinar:

- a) a aplicação de multa aos responsáveis indicados no parágrafo 60, nos termos do art. 57, inciso II, da Lei Complementar nº 01/94, em face da “representação artística exclusiva fabricada” e “justificativa de preços fraudada” detectadas nas contratações de artistas por intermédio do Instituto Educarte de Educação e Arte, para atuação conjunta com a Orquestra Sinfônica do Teatro Nacional Cláudio Santoro – OSTNCS;

<sup>1</sup> O valor do débito, atualizado até 2017 por meio do Sindec/TCDF, totaliza R\$ 356.876,77 (Fator de Correção Monetária = 0,417584).



**Ministério Público de Contas do Distrito Federal  
Gabinete da Procuradora Márcia Farias**

- b) a conversão dos autos em tomada de contas especial, autorizando a citação dos responsáveis indicados no parágrafo 61 para que, no prazo de 30 (trinta) dias, apresentem defesa ou recolham, solidariamente, o prejuízo de R\$ 342.700,98, decorrente de superfaturamento nos cachês pagos ao Coro Lírico de Brasília em apresentações com a OSTNCS, e também o prejuízo de R\$ 14.175,84, em face da prática de ato antieconômico, ambos em valores atualizados até 2017, nos termos do art. 46 da Lei Complementar nº 1/94;
- c) a instauração de tomada de contas especial por parte da Cartão BRB S/A para quantificar o prejuízo e identificar os responsáveis pela prestação de contas irregular dos recursos repassados ao Instituto Educarte de Educação e Arte, em função do Contrato de Patrocínio nº 720/2013, com fulcro no art. 9º, § 1º da Lei Complementar nº 01/94;

**IV - autorizar:**

- a) a remessa de cópia da presente Informação, dos futuros relatório/voto do Relator e decisão aos responsáveis para subsidiar o atendimento do inciso anterior;
- b) a atuação de processo apartado para acompanhar o recolhimento das multas tratadas no item III, “a”;
- c) o retorno dos autos à Secretaria de Acompanhamento para continuidade de suas ações de controle e posterior remessa à Secretaria de Contas para adoção das providências de sua alçada.”

6. Os autos foram encaminhados para o Ministério Público de Contas para parecer.

**DAS RAZÕES DE JUSTIFICATIVA APRESENTADAS PELOS SRS. CLÁUDIO ALANO COHEN BEZERRA E MARCONI COSTA DA SILVA SCARINCI.**

***Representação artística exclusiva fabricada.***

7. O Senhor Cohen informou que não possuía capacidade infratora para a lavratura dos atos tidos como irregulares (parágrafo 8º de sua defesa, fls. 388/389), tendo em vista as competências estabelecidas no artigo 10 do Decreto n.º 32.587 (Regimento Interno da Secretaria de Cultura do Distrito Federal – SECULT/DF)<sup>2</sup>. Entretanto, no parágrafo n.º

<sup>2</sup> “Art. 10. À Unidade Artística da Orquestra Sinfônica do Teatro Nacional Claudio Santoro, unidade orgânica de execução, diretamente subordinada ao Secretário de Estado de Cultura, compete:

I - manter, supervisionar, controlar e fiscalizar as atividades da Orquestra Sinfônica do Teatro Nacional Claudio Santoro;

II - promover a regência do conjunto instrumental e orientar os ensaios;



**Ministério Público de Contas do Distrito Federal**  
**Gabinete da Procuradora Márcia Farias**

10 da referida defesa (fl. 390), aduz que, haja vista o reduzido quadro de pessoal da Unidade Artística da OSTNCS, recaem sobre o Maestro diversas funções, dentre elas a seleção dos músicos e artistas convidados. Ora, tal fato contradiz a afirmação de que a competência para dar efetividade à programação elaborada pela Unidade Artística da OSTNC pertenceria a setores específicos da SECULT/DF, como sua Unidade de Administração Geral (UAG) e sua Assessoria Jurídico-Legislativa (AJL) (p. 16, fl. 391).

8. De maneira semelhante, alega o Senhor Scarinci que não possuía poder decisório, dado que seria incumbido de função meramente administrativa (fl. 454), competindo aos órgãos de controle lidar com aspectos relativos às contratações.

9. Conforme observado pelo corpo instrutivo, no parágrafo n.º 13 da Informação n.º 63/2017 – 3ª Diacomp (fl. 470), o Maestro Titular é o cargo de maior hierarquia na Unidade Artística. Restava-lhe, pois, a função de supervisionar as atividades executadas pelo Sr. Marconi Costa da Silva Scarinci, que foi responsável pela elaboração dos projetos básicos. Por conseguinte, não há óbice para analisar, no presente caso, a presença da culpa *in vigilando*, ou *in elegendo*, em relação ao primeiro responsável, pela prática dos atos irregulares do segundo.

10. Expõe o Sr. Cohen, em sua defesa, que estas modalidades de culpa necessitam de “prova da efetiva competência do superior hierárquico para a prática do ato tido por ilícito” (p. 35, fls. 397/398), não sendo suficiente a mera delegação de função. Nota-se, porém, que pertencia ao Maestro Titular, conforme o parágrafo n.º 43 (fl. 474) da Informação citada acima, as tarefas de:

- Supervisionar a indicação de artistas a serem contratados;

III - promover a participação de regentes e solistas convidados na programação anual da Orquestra Sinfônica do Teatro Nacional Claudio Santoro;

IV - elaborar e submeter ao Secretário a programação da Orquestra Sinfônica do Teatro Nacional Claudio Santoro;

V - elaborar e submeter ao Secretário programas de intercâmbio com orquestras nacionais e internacionais;

VI - determinar a formação da Orquestra;

VII - dispensar músicos conforme as exigências da partitura;

VIII - programar os ensaios;

IX - convidar instrumentistas para participação eventual na Orquestra Sinfônica do Teatro Nacional Claudio Santoro, de acordo com as exigências da programação;

X - encaminhar ao setor competente o programa de cada concerto, para divulgação;

XI - promover a divulgação e a prática da música clássica no Distrito Federal;

XII - emitir pronunciamentos no âmbito de sua competência;

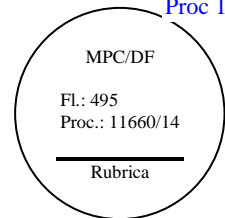
XIII - assistir o Secretário de Estado em assuntos de natureza artístico-cultural, predominantemente no que diz respeito à coordenação musical da Orquestra Sinfônica do Teatro Nacional;

XIV - elaborar a programação musical da Orquestra Sinfônica do Teatro Nacional;

XV - propor programas de intercâmbio, no País e no exterior, para a Orquestra Sinfônica do Teatro Nacional;

e

XVI - desenvolver outras atividades inerentes à sua área de competência que lhe forem conferidas ou delegadas.”



**Ministério Público de Contas do Distrito Federal  
Gabinete da Procuradora Márcia Farias**

- Definição de cachês;
- Manifestação sobre a adequabilidade dos preços firmados;
- Exame da consagração artística;
- Atesto de serviços prestados.

11. O Maestro Titular podia, portanto, rever os atos irregulares praticados pelo seu subordinado, razão pela qual esta representante do Ministério Público junto ao TCDF aquiesce às conclusões da análise da Terceira Divisão de Acompanhamento, no sentido de que não lograram êxito em afastar a irregularidade em comento.

12. Urge ressaltar, ainda, que não havia impedimento para que as contratações dos artistas fossem realizadas de maneira individualizada. Aliás, nos termos utilizados na defesa do Sr. Cohen, a “queima de etapas” (parágrafo n.º 70, fl. 407) não aparenta ser critério objetivo razoável que justifique a inexigibilidade, quanto mais em sede de atividade artística, dado que tal avaliação é de alta complexidade e pende de análise subjetiva adequada, conforme aludido no parágrafo 68 de sua defesa (fl. 406). Poderia, portanto, o Maestro Titular optar pela contratação individualizada dos artistas se assim o quisesse, não preenchendo os requisitos legais para prosseguir à contratação por inexigibilidade.<sup>3</sup>

13. Não há se falar na procedência do exposto no parágrafo 72 da defesa do Sr. Cohen (fl. 407), posto que a contratação para a formação do coro da apresentação poderia ser feita de maneira individual, fato que, igualmente, vai de encontro ao manifestado nas considerações do Presidente do Instituto Educarte, Sr. Alan Rufino, acerca da impossibilidade de contratar coristas individualmente, vez que, se procedesse dessa maneira, os artistas não poderiam ser tidos como consagrados pela crítica (fl. 429).

14. Por fim, o fato de existirem contratações com outras empresas, ao longo dos últimos anos, pela SECULT, conforme observado nos diversos processos elencados pelo Sr. Cohen (p. 92, fl. 410), não serve, aprioristicamente, para ilidir as irregularidades em comento. Ora, restam como fortes indícios de direcionamento na contratação, os fatos do dono do Instituto Educarte ser o mesmo do coral contratado (Coro Lírico de Brasília Ltda.),<sup>4</sup> além de já constar, nos próprios projetos básicos, o nome daquele que seria contratado.<sup>5</sup>

<sup>3</sup> Nesse sentido, asseverou o Órgão Técnico no parágrafo 60 da Informação n.º 211/2015 – 3ª Diacomp (fl. 262): “O Maestro Cláudio Cohen, por sua vez, era o servidor da Pasta Distrital responsável pela operacionalização do evento, cabendo a ele a supervisão dos trabalhos desenvolvidos pela Entidade Privada.”

<sup>4</sup> Conforme aludido pelo Corpo Instrutivo no parágrafo 14 da Informação n.º 211/2015 – 3ª Diacomp (fl. 249), “merece destaque o fato de existir uma empresa com o nome de Coro Lírico de Brasília Ltda. cujo proprietário é o Presidente do Instituto Educarte, Senhor Luiz Alan Rufino Moreira (fls. 98/101)”.

<sup>5</sup> Vide projetos básicos constantes às fls.: 158/160, anexo I; 187/189, anexo I; 4/6, anexo II; 35/37, anexo II; 126/128, anexo II; 151/153, anexo II; 3/5, anexo III; 47/49, anexo III; 107/109, anexo III; 6/8, do anexo IV; 154/156, anexo IV.





**Ministério Público de Contas do Distrito Federal  
Gabinete da Procuradora Márcia Farias**

***Justificativa de preços fraudada.***

15. Esta Primeira Procuradoria de Contas aquiesce à conclusão do órgão técnico quanto à improcedência das razões de justificativa nesse aspecto, vez que, não há se falar na falta de competência para a apresentação ou análise da regularidade dos documentos comprobatórios, no caso dos senhores Marconi Scarinci e Cláudio Cohen.

16. Conforme fiz ver, nos parágrafos 9 e 10 do presente parecer, o Sr. Cohen incorreu na culpa *in vigilando* ou *in elegendo*, não procedendo o exposto no parágrafo 59 de sua defesa (fl. 403). Ou seja, ainda que não tenha executado o ilícito de forma imediata, possuía competência para supervisionar diretamente os trabalhos executados de maneira irregular pelo Sr. Marconi Costa.

***Indícios de superfaturamento nos cachês pagos ao Coro Lírico de Brasília Ltda. em apresentações com a Orquestra Sinfônica do Teatro Nacional Cláudio Santoro.***

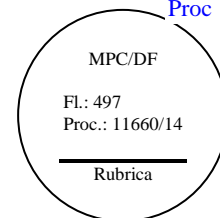
17. Mais uma vez, não há se falar no afastamento de culpa pela ausência de competência dos responsáveis, como apresentaram em suas defesas, aspecto já abordado diversas vezes.

18. A análise dos indícios de superfaturamento foi realizada pelo órgão técnico, às folhas 252/253 da Informação n.º 211/2015 – 3ª Diacomp, levando em consideração processos de natureza semelhante com o mesmo contratado (Coro Lírico de Brasília Ltda.), no período de 2011 e 2012, notando aumento considerável no preço pago.

19. Sobre tal aspecto, o corpo instrutivo teceu as seguintes considerações na Informação n.º 63/2017 – 3ª Diacomp (fl. 475):

“48. Não procede o argumento de que não se revela apropriada a comparação mediante divisão do valor total pago ao Coro pela quantidade de vozes, segundo o qual os cachês variam consoante a qualificação de cada artista, o grau de complexidade e a dificuldade do espetáculo. Ora, na inspeção, a base de comparação foram processos de natureza semelhante, mesmo contratado (Coro Lírico), no período de 2011 e 2012, incluídos ensaios e apresentações. Os justificantes não trouxeram aos autos possíveis diferenciações de qualificações, complexidade ou dificuldade entre os eventos. Também não merece credibilidade a lista de presença (doc. 11, Anexo VII) como prova de ensaios pois representa mera tabela confeccionada no computador. Em face disso, não merecem ser acolhidas as alegações apresentadas neste tópico.”

20. Esta representante do Ministério Público de Contas aquiesce à conclusão do órgão técnico, não considerando satisfatórias as justificativas apresentadas, as quais não foram capazes de ilidir as irregularidades apontadas. Ressalte-se, ainda, que, ao contrário



**Ministério Público de Contas do Distrito Federal  
Gabinete da Procuradora Márcia Farias**

do apresentado pelo Sr. Scarinci (fl. 464), a possível aplicação da penalidade de multa, objeto de análise nesta fase processual, prevista no artigo 57, inciso II, da Lei Complementar 1/94, diz respeito a faltas quanto à lisura do procedimento licitatório por inexigibilidade atentando contra os princípios constitucionais que regulam a boa regência da administração pública, especialmente a legalidade e a moralidade. Nesse sentido, a aplicação de penalidade por dano ao erário ou enriquecimento ilícito, por ele mencionados, serão apurados em sede de TCE.

21. Por conseguinte, mostra-se adequado a conversão dos presentes autos em tomada de contas especial, vez que o prejuízo está quantificado e os responsáveis são conhecidos, sendo necessário dar consecução à citação destes, com espeque no disposto no art. 46 da Lei Complementar n.º 01/94.

22. Em consonância com o observado pelo corpo instrutivo, o Instituto Educarte de Educação e Arte deve ser citado para apresentação de defesa ou para o recolhimento do débito, uma vez que é o beneficiário do superfaturamento.

**ACERCA DA PRÁTICA DE ATO ANTIECONÔMICO E DAS IRREGULARIDADES NA PRESTAÇÃO DE CONTAS DO PATROCÍNIO DA CARTÃO BRB S/A AO “III FESTIVAL DE ÓPERA DE BRASÍLIA”.**

23. O Órgão Técnico, no tópico IV da Informação n.º 211/2015 – 3ª Diacomp (fls. 256/257), fez as seguintes observações:

“30. O Senhor Marconi Scarinci, na qualidade de Assessor Especial da Unidade Artística da OSTNCS, solicitou a contratação do Coro Lírico de Brasília para seis apresentações nos dias 3 a 6 do mês de dezembro de 2012 ao custo de R\$ 40.000,00 por apresentação (Processo 150.003.395/2012) (fls. 2/5 do Anexo III).

31. Após a apresentação de 5/12/2012, o citado ex-gestor informou, em 6/12/2012, que as demais cinco apresentações seriam canceladas (fls. 38 do Anexo III). Estranhamente, no mesmo dia, o próprio Assessor Especial da Unidade Artística da OSTNCS solicitou a contratação do Coro Lírico de Brasília para duas apresentações por R\$90.000,00 para o dia 6/12/2012, ou seja, R\$ 45.000,00 por apresentação (Processo n.º 150.003.452/2012) (fls. 46/52 do Anexo III).

32. Se tivesse mantido a primeira contratação, o custo seria de R\$ 80.000,00, ao contrário dos R\$ 90.000,00 pagos ao Instituto Educarte (fls. 86/89 do Anexo III). Ocorreram, portanto, um ato antieconômico e um consequente prejuízo ao Erário de R\$ 10.000,00.”

24. O então Relator, Conselheiro Manoel de Andrade, em seu voto, expressou-se no sentido de que “a questão relacionada com a prática de ato antieconômico (item 3 do





**Ministério Público de Contas do Distrito Federal  
Gabinete da Procuradora Márcia Farias**

§ parágrafo anterior) já será apurada em conjunto com os demais itens que ensejam a conversão dos autos em TCE (Vide § 14 da Informação n.º 102/2016, Tabelas 4 e 5 ali reproduzidas)” (fl. 363).

25. Sobre o aspecto em comento, nota-se que o prejuízo está quantificado e os responsáveis são conhecidos. Dessa maneira, em consonância com o Órgão Técnico, aparenta ser acertado prosseguir à conversão dos autos em tomada de contas especial, promovendo a citação dos senhores Marconi Costa da Silva Scarinci, então Diretor Executivo da OSTNCS, e Cláudio Alano Cohen Bezerra, Maestro Titular da OSTNSC, e do Instituto Educarte de Educação e Arte, na pessoa de seu representante legal (Luiz Alan Rufino Moreira) para que apresentem defesa ou recolham o débito, com espeque no disposto no art. 46 da Lei Complementar n.º 01/94.

26. O Conselheiro Márcio Michel, cuja declaração de voto foi acolhida, apresentou divergência ao Voto do Conselheiro Relator Manoel de Andrade, no que tange à abertura das TCEs, expondo que “a abertura das TCEs pode ser realizada após a audiência dos respectivos responsáveis sem prejuízo ao regular desenvolvimento do processo” (fl. 373).

27. Por isso, nessa fase processual, urge notar que o Cartão BRB S/A não se manifestou acerca das irregularidades na Prestação de Contas de seu Patrocínio ao “III Festival de Ópera de Brasília”. Tais irregularidades foram apresentadas pelo Órgão Técnico na Informação n.º 211/2015 (fls. 258/263), parágrafos 43 a 67. Por isso, esta Primeira Procuradoria se alinha ao posicionamento da 3ª Divisão de Acompanhamento, apresentado na Informação n.º 63/2017 – 3ª Diacom (fls. 467/485), no sentido de que o tribunal determine à jurisdição a instauração de tomada de contas especial para quantificar o prejuízo e identificar os responsáveis pela prestação de contas irregular dos recursos repassados ao Instituto Educarte de Educação e Arte.

**CONCLUSÃO.**

28. Ante o exposto, nada tendo a acrescentar, o Ministério Público aquiesce com o entendimento do órgão técnico e pugna pelo acolhimento das sugestões por ele alvi-tradas, transcritas no parágrafo 5º do presente parecer.

É o parecer.

Brasília, 19 de junho de 2017.

**Márcia Farias  
Procuradora**